



Parasport and inclusion: paradoxes and challenges

Paradesporto e inclusão: paradoxos e desafios

Paradeporte e inclusión: paradojas y desafíos

Fabio Zoboli¹  Elder Silva Correia¹  Perolina Souza Teles¹ 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Fabio Zoboli

E-mail: zobolito@gmail.com

Como citar: Zoboli, F.; Correia, E. S.; Teles, P. S. (2023). Paradesporto e inclusão: paradoxos e desafios. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 4(1), e19354. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks4119354>

RESUMO

RESUMO:

O presente ensaio parte da proposição de que a participação de “atletas deficientes”, no âmbito paradesportivo, pode ser vista como um dispositivo que contribuiu com a construção da cultura e do *ethos* inclusivo. Porém, pode ser igualmente paradoxal para a cultura inclusiva, na medida em que o paradesporto parte do princípio da participação segregada em eventos esportivos. Diante disso, o texto tem como objetivo apresentar e tencionar algumas questões que emergem desde a origem do esporte adaptado, interpelando alguns fundamentos e discursos disseminados por tal prática no que tange à inclusão. Conclui-se que o “corpo deficiente” ocupa um lugar desafiador no cenário esportivo, e, portanto, pode ser visto como potência política da interrupção positiva dos dispositivos de “normalidade”, criando fissuras para a criação de uma identidade que recusa o encaixe em categorias estanques, tanto de deficiência como de corpo

Palavras-chave: Paradesporto. Corpo. Deficiência. Inclusão.

ABSTRACT

This essay is based on the proposition that the participation of "athletes with disabilities" in the context of parasports can be seen as a device that contributed to the construction of an inclusive culture and *ethos*. However, it can also be paradoxical for inclusive culture, as parasports operate on the principle of segregated participation in sporting events. Considering this, the text aims to present and interrogate some issues that emerge from the origin of adapted sports, challenging some foundations and discourses spread by such practices regarding inclusion. It concludes that the "disabled body" occupies a challenging place in the sports arena and, therefore, can be seen as a political force for the positive disruption of "normality" devices, creating fissures for the creation of an identity that refuses to fit into rigid categories, both of disability and of the body.

Keywords: Parasports. Body. Disability. Inclusion.

RESUMEN

Este ensayo se basa en la propuesta de que la participación de “atletas discapacitados” en el campo de los paradesportes puede verse como un dispositivo que contribuyó a la construcción de una cultura y un *ethos* inclusivos. Sin embargo, puede ser igualmente paradójico para la cultura inclusiva en la medida en que los paradesportes se basan en el principio de participación segregada en eventos deportivos. Ante ello, el texto pretende presentar y discutir algunas cuestiones que han surgido desde el origen del deporte adaptado, cuestionando algunos fundamentos y discursos difundidos por esta práctica en relación a la inclusión. Se concluye que el “cuerpo discapacitado” ocupa un lugar desafiante en la escena deportiva, y, por tanto, puede ser visto como una fuerza política de interrupción positiva de los dispositivos de la “normalidad”, creando fisuras para la creación de una identidad que se niega a encajar en categorías estancadas, tanto de discapacidad como de cuerpo.

Palabras chave: Paradesporte. Cuerpo. Deficiencia. Inclusión.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no ideário da inclusão, partimos, muitas vezes, de uma ideia de sociedade na qual todas as pessoas, independente de suas singularidades, devem estar incluídas nos diversos espaços sociais, de forma irrestrita. No entanto, a construção de uma cultura inclusiva, deve exatamente identificar e reconhecer a existência das especificidades, como marcas que criam fronteiras de difícil transposição. Ainda que tenhamos um aparato legal bastante robusto, que garante a inclusão, há espaços em que o corpo deficiente é segregado, excluído, invisibilizado, impedido. Conforme afirma a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), em seu Art. 3º, Inciso IV, são consideradas barreiras que se contrapõem à inclusão:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015, p. 21).

De acordo com essa legislação, as barreiras são classificadas como urbanísticas, arquitetônicas; de transporte; comunicação e informação; atitudinais e tecnológicas. É no contexto das práticas esportivas que nos localizamos para problematizar questões acerca das barreiras que se sobrepõem à inclusão.

O presente escrito parte do pressuposto de que a participação de “atletas deficientes” no âmbito paradesportivo pode ser vista como mais um dispositivo a contribuir com a construção da cultura e do *ethos* inclusivo. No entanto, ela pode ser igualmente paradoxal para a cultura inclusiva na medida em que o paradesporto parte do princípio da participação segregada em eventos esportivos.

O discurso da inclusão, que incita os atletas a procurarem o esporte e estarem “incluídos” na sociedade, mas lhes dificulta a participação entre os sem deficiência, apresenta-se paradoxal. Eles devem competir apenas entre si. Ou seja, estar incluídos, mas distinguidos, apenas entre os próprios atletas com deficiência (Torri & Vaz, 2017, p. 540).

Desta forma, acreditamos que o paradesporto, situado no atual momento histórico, pode ser um elo que ligará o atleta deficiente ao âmbito das competições com os atletas ditos como “normais”. Outra aposta é que sejam criadas práticas corporais que partam da cultura da

condição de cada deficiência a fim de que o desporto não precise ser “adaptado” – um exemplo desse tipo de prática não adaptada é o *goalball*¹. Isso, sob nossa mirada, seria insistir no princípio do respeito ao diferente e a diferença.

Acreditamos que o respeito ao diferente e à diferença é um dos mais nobres pilares para a convivência humana no âmbito desportivo. O caráter aparentemente enigmático da prática de atividades corporais por deficientes pode ser potencializado no sentido do paradigma da inclusão partindo da ressignificação da deficiência através do esporte. Assumir essa postura não significa “ir contra” o paradesporto, e sim, desafiá-lo no sentido de solicitar uma abertura para a percepção de diferentes níveis políticos e estéticos. Afinal, os corpos deficientes no esporte “trazem à baila o fato que próteses, órteses e objetos outros mudam a configuração de nossas percepções a ponto de nos questionarmos se tais práticas poderiam ser o prenúncio de novas estéticas e novas técnicas corporais no esporte” (Camargo, 2016, p 1347).

Pautado neste objetivo o texto que ora apresentamos vem tencionar algumas questões que emergem desde a origem do esporte adaptado, interpelando alguns fundamentos e discursos disseminados por tal prática no que tange a inclusão. Questionamos em que medida o paradesporto é inclusivo, se nele visualizamos competições segregadas apenas a pessoas com deficiências? De igual forma, por que eventos como as Olimpíadas limitam a participação de cegos, amputados, paralisados? Sob que tramas de pertencimento se encontram os eventos esportivos e paradesportivos? Em que grau suas políticas se assemelham e se contradizem? Não seria o paradesporto uma adaptação do desporto no que se refere aos valores do esporte: competição, logo, seleção e exclusão? Até que ponto o paradesporto serve para promover um discurso moral, pautado na superação e no sacrifício como compensação da deficiência? A legitimidade e o prestígio do paradesporto são assegurados por si mesmo ou estão atrelados ao esporte no seu modelo convencional?

Neste movimento de arguições, discorreremos com positivities e negatividades historicamente presentes no contexto paradesportivo tentando sempre contribuir com a celebração do respeito à dignidade humana na prática esportiva, independentemente de condição corporal da pessoa que o pratica.

PARADESPORTO E INCLUSÃO: ENCRUZILHADAS

O esporte para os deficientes surge no ano de 1948, na Inglaterra, com os Jogos de Stoke Mandeville. Ludwig Guttmann foi o desbravador da reabilitação pelo esporte junto a pessoas com deficiência.

A história do desporto para pessoas portadoras de necessidades especiais começou na cidade de Aylebury, Inglaterra. A pedido do governo britânico, o neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinados a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial (Costa & Sousa, 2004, p. 30).

Por sua vez, as Paraolimpíadas – evento maior no que tange o desporto para pessoas com deficiência – tiveram seu início em 1960 em Roma e são realizadas até hoje de quatro em quatro anos, fazendo uso das mesmas sedes onde são feitas as Olimpíadas. Ou seja, são

¹ O *goalball* é um jogo praticado por atletas cegos ou de baixa visão e tem como meta arremessar uma bola com guisos com as mãos no gol do adversário. Cada time joga com três jogadores e todos os atletas usam vendas nos olhos. A metragem da quadra é de 18m x 9m e as goleiras ficam ao fundo totalizando os 9m de fundo, sendo que as balizas medem 1,30m de altura. A bola deve ser lançada com as mãos pelo chão para que o som do guiso seja ouvido a fim dos atletas adversários poderem efetuar a defesa.

realizadas depois dos Jogos Olímpicos nos mesmos países/cidades que sediam as Olimpíadas, utilizando as mesmas estruturas/ambientes de competição – porém, com as devidas adaptações para melhor acessibilidade. No entanto, é importante ressaltar que os Jogos Paraolímpicos surgem a partir dos Jogos de Stoke Mandeville:

O sonho olímpico de Guttmann viria a se concretizar em 1960, em Roma. Seu colega Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália, propôs que os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville se realizassem naquele ano na capital italiana, imediatamente após a XVI Olimpíada, e nas mesmas instalações, surgindo assim os Jogos Paraolímpicos, com a denominação de Olimpíadas dos Portadores de Deficiência (Costa & Sousa, 2004, p. 31).

Quando pensamos em “inclusão” e “esportes” percebemos um primeiro paradoxo, pois o esporte está pautado na competição, na celebração da vitória do suposto “melhor ou mais forte”. Independente se é “olimpíada” ou “paralimpíada”, a competição esportiva é organizada a partir dos mesmos referenciais e princípios.

Desse modo, o discurso do caráter inclusivo do esporte paralímpico perde força, uma vez que se mostra tão segregador quanto àquele que lhe serve de modelo, pois, apesar de ser praticado por atletas com diagnóstico de deficiência, nem todos que gostariam de competir em uma Paralimpíada – ou ainda que possuem diagnóstico sobre sua condição – chegam a alcançá-la, visto que, do mesmo modo que seu grande modelo, ela acolhe somente aqueles que se destacam e atingem os índices. Dessa forma, os Jogos Paralímpicos corroboram o mesmo discurso esportivo, do desempenho e da potencialização corporal enunciados pelos Jogos Olímpicos (Torri & Vaz, 2017, p. 539)

O processo de reabilitação tem a finalidade de proporcionar à pessoa com deficiência uma maior independência nas atividades do seu dia a dia, para assim contribuir também com uma maior facilitação no que tange a sua inserção social. Conforme Pereira (2009), quando abordamos o termo reabilitação de pessoas com deficiência, a intencionalidade tanto pode ser direcionada à restauração de funções, quanto pode vincular-se ao processo de participação social da pessoa com deficiência.

Segundo Cidade e Freitas (2002) foi o idealizador dos jogos paradesportivos Ludwig Guttmann que introduziu um aspecto particular na sua filosofia, o que eventualmente afetou a vida de muitas pessoas com deficiência no mundo todo e não somente em seus pacientes no hospital: o esporte como componente do programa de tratamento e reabilitação. Ainda, fundamentado nesses autores, Guttmann “iniciou o que se tornaria o desencadeador da prática regular da atividade física entre os deficientes como processo de reabilitação: os eventos esportivos” (Cidade & Freitas, 2002, p.22).

Deste modo, inferimos que essas correntes – com funções terapêuticas de reabilitação ou competitivas – no decorrer da história, cruzaram-se formando objetivos comuns. Saindo do componente médico-terapêutico, estendem-se à incorporação da prática esportiva e do desporto de rendimento, procurando a integração do atleta e sua reabilitação social, como afirma Varela (1989).

Permitir que os deficientes físicos, intelectuais e sensoriais se envolvam com atividades de cunho esportivo é a base fundante do discurso que a inclusão fomenta para justificar a importância social – e por consequência política – de tais jogos. Na menção de Gonçalves; Albino e Vaz (2009), refletir sobre o contexto da inclusão significa percorrer campos distintos, entre eles certamente o do desporto, que de certa forma também acolhe os excluídos. Portanto, é cada vez mais marcante o apelo do caráter inclusivo do paradesporto vivenciado por aqueles que não se encontram nos moldes de normalidade ou excepcionalidade positiva, retirando dos corpos deficientes as limitações impostas pelas barreiras que os excluem.

Esta afirmação está intimamente ligada ao que Goffman (2008) sugere quando menciona que o deficiente/estigmatizado pode ver as privações que sofreu e as perdas que teve como uma benção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e sobre as demais pessoas. Desta forma, o estigmatizado se apresenta de modo que suas ações são inalcançáveis pelas demais pessoas, principalmente se considerar que estas, por não possuírem nenhum tipo de deficiência, não passaram por provas significativas (Goffman, 1988 *apud* Gonçalves; Albino & Vaz, 2009).

A crença tanto dos atletas “deficientes” como de seus treinadores de que o sucesso no esporte minimiza o processo histórico de discriminação e leva ao reconhecimento social é um grande equívoco, porque se assim o fosse nossos medalhistas de ouro paraolímpicos seriam ídolos nacionais ou garotos-propaganda de inúmeras empresas. Não recordamos de termos visto, ao longo dos últimos anos, medalhistas “deficientes” fazendo propaganda de tênis, camiseta ou bebidas energéticas, como ocorre com os atletas considerados “normais”, no máximo que a mídia nacional tem feito é utilizado os resultados tidos pelos deficientes como exemplo de vida e dedicação (Carmo, 2006, p.56).

Temos dois exemplos emblemáticos de tentativa de inclusão no âmbito esportivo, no que tange à experiência de paratletas competindo com atletas supostamente “normais”. O primeiro é o do paratleta sul-africano Oscar Pistorius que ficou conhecido no cenário esportivo mundial por não ter as duas pernas e utilizar próteses, feitas de fibras de carbono, para correr. Pistorius corria os 400 metros livre e foi o primeiro paratleta da história do atletismo a competir igualmente com corredores ditos “normais” em nível mundial. Esses feitos ocorreram em 2011 e 2012, respectivamente. Em 2011, Pistorius conseguiu participar do campeonato mundial de atletismo com atletas não deficientes organizado pela IAAF em Daegu, na Coreia do Sul. Em 2012, Pistorius também conseguiu o direito de correr as Olimpíadas de Londres, pois sua marca nos 400 metros rasos estava entre as melhores do mundo (Zoboli & Correia, 2020).

Sua participação foi muito contestada, pois os demais atletas acusavam uma suposta vantagem das próteses de Pistorius, alegando que estas não produziam ácido lático e não se lesionava tais como as “pernas naturais” dos demais competidores. Goellner e Silva (2012, p.199) afirmam, “com seu corpo eugenizado pela biotecnologia, Pistorius assusta ao reivindicar o direito de competir junto aos obsoletos corpos, meramente humanos”. Andrade (2009) apresenta em seu texto uma fala proferida pelo então diretor de desenvolvimento da Federação Internacional de Atletismo, Elio Locatelli, em relação ao caso Pistorius. Locatelli recomenda Oscar Pistorius a se concentrar nas Paraolimpíadas, alegando em tom irônico que: “Isso afeta a pureza do esporte. Em seguida virá outro aparelho com o qual as pessoas conseguem voar com algo preso nas costas”. Porém, essa fala foi menos virulenta que outra também apresentada por Andrade (2009), proferida por Robert Galey da Faculdade de Medicina da Universidade de Miami:

Eles estão preocupados que não haja uma vantagem injusta? Ou estão discriminando devido à pureza das Olimpíadas, porque não querem ver um homem deficiente na mesma altura de um homem não deficiente, temendo o que significaria para a imagem do homem a vitória de uma pessoa que não possui um corpo perfeito?

O segundo exemplo é o do alemão saltador à distância Markus Rhem. Markus é um paratleta amputado da perna direita do joelho para baixo. Com a finalidade de obter a mesma façanha de Pistorius, o saltador à distância solicitou em 2015, junto à Federação Internacional de Atletismo (IAAF), o direito de competir as Olimpíadas do Rio de Janeiro 2016. Rhem saltou no ano de 2015, no campeonato mundial de paratletismo no Catar, a surpreendente marca de 8,40 metros. Esse feito lhe daria a medalha de ouro nas Olimpíadas de Londres, em 2012, (vencida pelo britânico Greg Rutherford com a marca de 8,31 metros) e nas olimpíadas do Rio

de Janeiro, em 2016, (vencida pelo norte-americano Jeff Henderson com a marca de 8,38 metros) (Zoboli & Correia, 2020).

Porém, a IAAF negou o pedido de Markus Rhem alegando que a sua perna protética lhe daria vantagens frente aos demais atletas. Todas as supostas vantagens alegadas pela IAAF poderiam enquadrar Markus Rhem em um contexto de *doping* tecnológico, e, é exatamente por conta disso, que se apresentaram as dificuldades de se estabelecer acordos no sentido de deixá-lo competir com atletas normais (Zoboli & Correia, 2020).

Estes dois exemplos nos mostram que, no contexto social da inclusão, a diferença é transformada em estigma, pois quanto mais o corpo é desviado de uma norma/padrão, quanto mais “deformado” for este corpo, muito mais ele suscita a atenção social indiscreta, que vai do horror à reprovação social. O estigma é entendido como uma demarcação social do corpo, no sentido de lhe atribuir um estereótipo negativo, que desencadeia preconceito e discriminação no âmbito das relações entre os sujeitos. Os atributos que consideram um corpo como diferente – num sentido de valor e poder – são construídos socialmente e seus padrões são demarcados a partir desses significados.

Nestas demarcações, representadas pelo estigma, faz-se necessário estar atento ao conjunto de generalizações nocivas, historicamente atribuídas à pessoa com deficiência, subjugando a prática esportiva às dimensões do capacitismo². No paradesporto o capacitismo se manifesta basicamente com termos que fazem alusão à incapacidade – termos como “coitado”, “incapaz” e “doente” – ou com expressões que manifestam uma suposta pureza ou um sacrifício maior que os demais para superação da deficiência pela via esportiva – termos como “super-herói” e/ou politicamente corretos, à exemplo do suposto puritanismo destinado aos “anjos”, são comuns nesse contexto. “O capacitismo está intimamente ligado ao fato de como a deficiência é compreendida historicamente. À vista disso, essa forma de discriminação, assim como outras, é estrutural em nossa sociedade” (Seron et al., 2021, p. 7). Portanto, compreendemos que o capacitismo se apresenta de forma tão enraizada nos discursos, que, muitas vezes, naturalizamos “pequenas” discriminações cotidianas.

O capacitismo pode ser compreendido como um termo que denota uma atitude que desvaloriza ou diferencia a deficiência por meio da valorização de um modelo de capacidade física considerada padrão, ou seja, o capacitismo compreende que exista um modo ideal de ser, e que tudo aquilo que fuja desse modelo ideal de capacidade deva ser julgado como inadequado, o que tornaria a deficiência uma condição de inferioridade humana (Seron et al., 2021, p. 2).

Sendo assim, o princípio inclusivo precisa focar no entendimento que há na diferença e na igualdade uma certa instabilidade, na medida em que podem se movimentar tanto para excluir como para incluir. Sendo assim, fazemos nossas as palavras de Santos (2002, p. 77): “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

A meu ver, as diferenças não podem ser apresentadas nem descritas em termos de melhor e/ou pior, bem e/ou mal, superior e/ou inferior, positivas e/ou negativas, maioria e/ou minoria etc. São simplesmente – porém não simplificadaamente –, diferenças. Mas, o fato de traduzir algumas dessas diferenças como “diferentes” – e já não simplesmente como diferenças – volta a posicionar essas marcas, essas identidades, esse “ser diferença” como contrárias, como opostas e negativas à ideia de “norma”, do “normal” e, então, daquilo que é pensado e fabricado como “correto”, o “positivo”, o “melhor” etc. (Skliar, 2006, p.23).

² “O capacitismo, termo relativamente novo no Brasil, vem do termo inglês *ableism*, refere-se a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade” (Seron, et al., 2021, p.7).

Os pressupostos da inclusão estão pautados no contexto do reconhecimento da diferença e no respeito à mesma. Condicionante este que só brota do conhecimento das diferenças através do conviver – “viver-com” –, da abertura, da relação, do relacionar-se. Fundamentalmente, a inclusão tem como princípio a exaltação da diferença, não apenas o respeito, enquanto condição de existência humana.

Reconhece em cada ser humano, em cada corpo humano, a singular diferença que não se repete no universo, logo reconhece a preciosidade de cada um e, por conhecer, acolhe, e por acolher, valoriza e, porque valoriza, compromete-se e, ao comprometer-se, afirma essa singular existência humana, esse corpo singular como potencialidade, infinita potencialidade. E porque comprometido, valoriza e porque valoriza, acolhe, e porque acolhe viabiliza, afirma, promove, respeita, encanta-se e encontra-se, misturam-se em afetos, sonhos, produções e ações coletivas a favor da vida, em sua multiplicidade e infinitas possibilidades que se metamorfoseiam e se transformam a cada instante (Trindade, 2002, p.87).

A inclusão do diferente precisa ser, a nosso ver, um desafio constante no contexto esportivo. Não se trata apenas de aceitar um diferente em nosso meio, mas de conceber a diferença no exercício diário de revisão e questionamento da corponormatividade. Esta, segundo Forest e Pearpoint (1997, p.138), é uma das partes do quebra-cabeça. Segundo estes autores:

Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade (...) inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. (...) Quanto maior a nossa diversidade, mais rica é a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo.

A partir do exposto vale questionar o caráter de inclusão social que o paradesporto alega assumir. Como o esporte, que busca legitimidade pelo viés da inclusão, pode considerar-se inclusivo se está pautado na lei do mais forte? Ou seja, o desporto fica preso a um paradoxo, pois está em conflito com a lógica que lhe é propagada. Da mesma forma também acontece com o paradesporto, no qual vigora a máxima da *performance* e, conseqüentemente, da exclusão. Desta maneira, fica claro que a finalidade não é romper com o desporto, mas aproximar-se dele, pois o que assemelha o esporte do paradesporto são os jogos de exclusão, no que diz respeito à sobrevivência dos mais fortes e aptos, ou seja, apesar do paradesporto se apresentar para o deficiente, sempre vence o que entre os deficientes é o mais eficiente (Gonçalves; Albino & Vaz, 2009).

Assim como no esporte convencional, no paradesporto também é vitorioso somente o mais veloz, o mais forte, o mais ágil. A diferença é que velocidade, força e agilidade aparecem entre próteses, vendas nos olhos e outras adaptações estruturais (Gonçalves; Albino & Vaz, 2009, p. 161-162).

Além disso, o paradesporto parece ter uma dependência frente ao esporte na medida em que sua origem é o próprio desporto, ou seja, ele é adaptado. Desta forma, de acordo com Gonçalves; Albino e Vaz (2009), o paradesporto se propõe a desempenhar uma posição de segunda categoria, devido à forma como se estrutura e dos ideais que coloca para si próprio. Enquanto o esporte não depende do paradesporto para obter seu reconhecimento, o mesmo não ocorre com este último, já que sua existência só é possível porque o esporte se projeta como um fenômeno social de grande relevância.

O esporte, especialmente o de alto rendimento, carrega consigo a característica da exclusão fruto de um mecanismo competitivo que ressalta a vitória, deixando para trás inúmeros atletas com seus corpos “quase fortes”, “quase velozes”: seres à margem, distantes do ponto mais alto do pódio (Goellner & Silva, 2012, p.192-193).

Em relação com o desporto, pois possui o mesmo tipo de organização racional, observamos que o paradesporto reproduz a mesma lógica do desporto: vence o melhor! As competições adotam a mesma sistematização, é necessária superação diária, muita disciplina, treinamento e rigor técnico. Desta forma, é possível inferir que “o paradesporto não tem o objetivo de romper com a estrutura desportiva, pelo contrário, quanto mais próxima, maior sua legitimidade” (Gonçalves; Albino & Vaz, 2009, p.159). Prova disso é que todas as modalidades são adaptadas, com exceção do *goalball* que é uma modalidade que se originou da própria cultura das manifestações corporais dos cegos.

Advogar a adaptação significa, em última análise, defender a hegemonia de um corpo de conhecimentos sobre o outro [...]. Essa conduta serve muito mais para perpetuar os conhecimentos sobre os esportes e as mazelas daí decorrentes do que para explicitar o princípio da diferença e da desigualdade na tentativa de buscar novos conhecimentos buscando a superação deste quadro social segregado em que vivem os deficientes (Carmo, 2006, p.55).

Assim, adaptam-se regras e os modos de execução dos fundamentos, a partir do que é hegemônico. Defendemos que esta forma de organização do funcionamento do paradesporto significa tentar adequar o inadequável. De tal modo que tudo fica “parecido”, tudo fica “igual”, com os mesmos valores, as mesmas crenças, desconsiderando que as modalidades coexistem a partir de fundamentos completamente diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto teve como objetivo apresentar e tencionar algumas questões que emergem desde a origem do esporte adaptado. Nesse sentido, discorremos sobre algumas referências que versam acerca dos desafios e paradoxos, que se apresentam através do paradesporto, trazendo como pano de fundo o discurso das inclusão efetiva das pessoas com deficiência nas práticas esportivas e, por conseguinte, na sociedade.

Diante da encruzilhada que se impõe ao exercício pleno da inclusão, não estamos aqui afirmando que as pessoas com deficiência não sabem fazer esporte, ou que deva ser negado a elas esse direito. Muito menos estamos inferindo que o esporte não atribui valores e melhora o contexto global da qualidade de vida destas pessoas. Para nós, a prática da atividade esportiva pelas pessoas com deficiência é tão importante quanto para as demais pessoas, sendo atravessada pelos mesmos valores e princípios. O esporte é um direito de todos e um dever do Estado. Porém, o que aqui acusamos é esse idílio fantasioso que é criado para justificar os jogos para esse público, esse ranço histórico de se falar em igualdade e inclusão, quando se tem como pano de fundo questões de cunho histórico, permeadas pelo estigma da exclusão e do desrespeito à condição de diferença. Já que a igualdade – no que tange à condição humana – é fantasiosa, que estejamos atentos então à diferença.

Mesmo diante dos casos de Oscar Pistorius e Markus Rhem, acreditamos estar em uma fase transitória, no que tange à inclusão, frente às práticas esportivas de pessoas com deficiência. Esperamos que, em breve, seja comum a participação partilhada nas práticas corporais esportivas, em espaços nos quais não existam barreiras para a inclusão. Apostamos na perspectiva de que os “corpos deficientes” destes – e de tantos outros paratletas – ocupam

um lugar desafiador no cenário esportivo. Portanto, também podem ser vistos como potência política da interrupção positiva dos dispositivos de “normalidade”, criando fissuras para a concepção de uma identidade que recusa o encaixe em categorias estanques, tanto de deficiência como de corpo.

Outro tensionamento importante, que surge para nós, a partir das problematizações elaboradas neste escrito, é interpelar a prática corporal esportiva como meramente competitiva. Defendemos que o esporte precisa ser experienciado por todas as pessoas como produto cultural humano. No seu texto “Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes”, Wagner Xavier Camargo (2016) questiona a prática esportiva no tocante as suas categorizações e finalidades, a fim de pensar uma execução mais universal e inclusiva.

Pensando num futuro em que as categorias “sexo/gênero”, “eficiência/deficiência”, “masculino/feminino”, “juvenil/master” fossem eliminadas dos sistemas de competição tanto de esportes individuais como coletivos, seria preciso pensar nos modos de pontuação, controle de resultados, classificação e, no limite, seria preciso ressignificar a ideia de competição, do modo como a conhecemos atualmente no esporte-espetáculo. (Camargo, 2016, p. 1347)

Além disso, conclui-se que corpos deficientes, que se destacam nas práticas esportivas, precisam ser vistos para além das barreiras capacitistas, que se compõem através de atitudes cotidianas e discursos que os resumem a exemplos de superação individuais, a partir de suas histórias de vida. São textos comuns neste enredo: “Apesar da deficiência, ele é um atleta excelente”, “Ele é deficiente, mas ganhou medalhas”, ofertando a essas pessoas status social de um ser que está acima das capacidades humanas.

Uma notoriedade de um super-humano que descarta a outra ponta, na qual está a pessoa com deficiência com sua vida “comum”, tentando buscar acesso a lugares inacessíveis, que é excluída cotidianamente dos mais diversos espaços, que enfrentam territórios sem acessibilidade, barreiras urbanísticas e que segue sendo reconhecido pela sociedade como inválido e defeituoso. Ressaltamos que ter uma deficiência não é benção ou castigo, qualquer um desses extremos demonstram interpretações capacitistas dos corpos deficientes.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Fabio Zoboli. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-doutor em Educação pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP-Argentina). Membro do grupo de pesquisa “Corpo e política”.

Contribuição de autoria: Concepção e desenho do texto, Redação do texto, Revisão crítica de conteúdo intelectual, Aprovação final da versão a ser publicada.

Link do Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0682121655932961>

Elder Silva Correia. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe– PPGED/UFS. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Membro do Grupo de Pesquisa “Corpo e Política”.

Contribuição de autoria: Fundamentação teórica, Aprovação final da versão a ser publicada.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9039433958533279>

Perolina Souza Teles. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS. Membro do Grupo de Pesquisa “Corpo e Política”. Professora da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe/SEDUC.

Contribuição de autoria: Fundamentação teórica, Aprovação final da versão a ser publicada.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9614732209870510>

“Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito”.

CONFLITOS DE INTERESSE: “Os autores declaram que não há conflitos de interesse”.

REFERÊNCIAS

- Andrade, A. C. (2009). "Oscar Pistórius – 'The blade runner' – e a questão do pós-humano". *Revista Digital Hipertextus*, vol. 03, jun. Recife/PE. 2009. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume3/Antonio-Cleriston-de-ANDRADE.pdf>
- Araújo, P. F. (1997). *Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade*. 140f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Brasil. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Lei Nº 13.146. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara. 2015.
- Camargo, W. X. (2016) Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. *Movimento*, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1337–1350. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/66188>
- Carmo, A. A. (2006). Atividade motora adaptada e inclusão escolar: caminhos que não se cruzam. In Rodrigues, D. *Atividade motora adaptada: a alegria do corpo*, p.51-62. São Paulo: Artes Médicas.
- Cidade, R. E. A.; Freitas, P. S. (2002). Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Costa, A. M.; Sousa, S. B. (2004). Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v.25, n.3, p. 46-56, maio de 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236>
- Forest, M.; Pearpoint, J. (1997). Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, p.137-41.
- Goellner, S. V.; SILVA, A. L. S. (2012). Biotecnologia e neoeugenia: olhares a partir do esporte e da cultura fitness. In: Couto, E. S.; Goellner, S. V. (orgs.) *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, p.187-210.
- Goffman, E. (2008). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Gonçalves, G. C.; Albino, B. S.; Vaz, A. F. (2009). O herói esportivo deficiente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Para-panamericano 2007. In: Pirese, G. De L. (org.) *"Observando o Pan Rio/2007 na mídia"*. Florianópolis: Tribo da ilha, p.149-167.
- Pereira, S. O. (2009). Reabilitação de Pessoas com deficiência no SUS: Elementos para um debate sobre integralidade. 113f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.
- Skliar, C. (2006). A inclusão é "nossa" e a diferença é do "outro". In Rodrigues, D. *Educação e inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus.
- Santos, B. S. (2002). Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Seron, B. B.; Souto, E. C.; Malagodi, B. M.; Greguol, M. (2021). O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista – dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. *Movimento*, [S. l.], v. 27, p. e27048. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113969>
- Torri, D.; Vaz, A. F. (2017) Esporte paralímpico: difícil inclusão, incorporação tecnológica, corpos competitivos. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 536–550. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8719>
- Trindade, A. L. (2002). Do corpo da carência ao corpo da potência: desafios da docência. In: Garcia, L. G. (org.). *O corpo que fala dentro e fora da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, p.65-88.
- Varela, A. (1989). Desporto para as pessoas com deficiência. *Revista Educação Especial e Reabilitação*, Lisboa – Portugal, v. 1, n. 5/6, jun. Revista impressa.

Zoboli, F.; Correia, E. S. (2020). Personagens do atletismo paralímpico: “vamos invadir a sua raia”. *Ludopédio*, São Paulo, v. 136, n. 62. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/personagens-do-atletismo-paralimpico-vamos-invadir-a-sua-raia/>

Recebido: 8 de setembro de 2023 | **Aceito:** 13 de outubro de 2023 | **Publicado:** 7 de dezembro de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.